

HABEAS CORPUS Nº 549.072 - MG (2019/0358752-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARCOS DIVINO FERREIRA SANTOS
ADVOGADO : MARCOS DIVINO FERREIRA SANTOS - GO028158
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : ROBERTO VALERIO MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de ROBERTO VALERIO MARTINS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no julgamento do HC n. 5600916-10.2019.8.09.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 31/10/2018, convertida em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal (homicídio qualificado). Posteriormente foi proferida sentença de pronúncia, mantendo a custódia.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO MOTIVADA. INSTRUÇÃO PROCESSUAL. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1 - Mantém-se a custódia cautelar, com base nos pressupostos do art. 312 do CPP, se demonstrado o receio concreto de ameaça às testemunhas e condenação penal anterior.

2 - Transcorridos 120 dias da pronúncia, não se constata demora para o julgamento pelo Tribunal do Júri, cuja realização se aproxima.

Ordem conhecida e denegada (fls. 109).

No presente *writ* o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo no encerramento do feito. Salaria que o paciente está preso há 1 ano e 27 dias e ressalta que a sentença de pronúncia foi proferida há 127 dias, sem que tenha sido designada data para julgamento pelo Tribunal do Júri.

Superior Tribunal de Justiça

Pondera que a defesa renunciou ao prazo recursal após a pronúncia, buscando celeridade para o andamento do feito e afirma que mora evidenciada é atribuída aos outros corréus. Assevera que o paciente não pode ser prejudicado por circunstâncias alheias.

Destaca a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, não estando presentes elementos concretos que justifiquem a custódia.

Salienta a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e com o envio de senha para acesso ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator